

R.A. 203.542/2025

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA -SPE S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
Com relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

Administradores e Acionistas da
Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase – mudança de Controlador

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.1 Capital Social, as ações da Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A. (“Campitiba”), foram cedidas em Alienação Fiduciária, como garantia da 1ª (Primeira) Emissão de debêntures simples, Não Conversíveis em Ações emitida pela empresa F3C Investimentos S.A. em 15 de dezembro de 2021. Nessa operação foi dado em garantia fiduciária as ações da empresa Campitiba, conforme Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças celebrado em 08 de dezembro de 2020. Em 24 de dezembro de 2024, houve a decretação do vencimento antecipado automático das referidas debêntures, nos termos da cláusula 6.1.1, (e), da escritura de Emissão das debêntures, em virtude do não pagamento tempestivo da parcela devida em 15 de dezembro de 2024, e tendo em vista a garantia constituída sobre as ações, e considerando que os debenturistas têm o direito de executar judicialmente a referida garantia, pode ocorrer a alienação das ações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Audidores e
Consultores

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.342	2.030
Ativo de concessão	5	14.735	13.613
Adiantamentos a fornecedores		2.732	596
Despesas antecipadas		220	1
		26.029	16.240
Ativo não circulante			
Aplicação Financeira vinculada	4	7.511	6.916
Ativo de concessão	5	225.493	224.669
Cauções e depósitos judiciais		668	465
Outros créditos		10	31
		233.682	232.081
Total do ativo		259.711	248.321
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		262	327
Debêntures	6	8.048	7.485
Obrigações tributárias	7	400	672
Encargos regulatórios		346	269
		9.056	8.753
Não circulante			
Debêntures	6	106.400	106.671
Provisões para litígios	8	7.071	1.224
Impostos e contribuições diferidos	9	15.812	15.720
Outras obrigações		2	1
		129.285	123.616
Patrimônio líquido	10		
Capital social		53.999	49.599
Reservas de lucros		67.371	66.353
		121.370	115.952
Total do passivo e patrimônio líquido		259.711	248.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstrações de Resultado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	11	27.422	58.803
Custo dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	12	(527)	2.065
Custo de construção		(527)	2.065
		(527)	2.065
Lucro bruto		26.895	60.868
(Despesas)/ receitas operacionais	12	(11.323)	(5.896)
Gerais e administrativas		(11.323)	(5.896)
Resultado operacional		15.572	54.972
Resultado financeiro, líquido	13		
Receitas Financeiras		1.218	1.942
Despesas financeiras		(14.502)	(18.681)
		(13.284)	(16.739)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		2.288	38.233
IRPJ e CSLL corrente		(406)	(592)
IRPJ e CSLL diferido		(864)	(1.866)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		1.018	35.775
Lucro (prejuízo) por ação - básico (em R\$)		0,02	0,72

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>1.018</u>	<u>35.775</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>1.018</u>	<u>35.775</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 2022	49.599	2.889	38.559	-	91.048
Dividendos propostos	-	-	(10.871)	-	(10.871)
Lucro do exercício	-	-	-	35.775	35.775
Destinação do lucro do exercício					
Reserva de lucros a realizar	-	1.789	33.986	(35.775)	-
Saldos em 2023	49.599	4.678	61.674	-	115.952
Aumento de capital	4.400	-	-	-	4.400
Lucro do exercício	-	-	-	1.018	1.018
Destinação do lucro do exercício					
Reserva de lucros a realizar	-	51	967	(1.018)	-

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**
(Em milhares de reais)

Saldos em 2024	53.999	4.729	62.641	-	121.370
-----------------------	---------------	--------------	---------------	----------	----------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.018	35.775
Encargos de debêntures	14.449	18.673
Provisões para riscos processuais	5.418	532
Atualização do ativo contratual	(22.203)	(31.506)
Margem de construção do ativo contratual	846	(22.424)
Receita de Operação e Manutenção	(7.481)	(7.465)
Rendimento sobre aplicações vinculadas	(4)	65
Variações monetárias	(20)	(267)
PIS e COFINS correntes e diferidos	1.053	2.241
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	864	1.866
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(6.060)	(2.510)
Ativo de concessão (Ativo financeiro)	(576)	(465)
Despesas antecipadas	(220)	(1)
Adiantamentos a fornecedores	(2.135)	(487)
Cauções e depósitos judiciais	(203)	(465)
Outros créditos	21	6
(Aumento) redução nos ativos	(3.113)	(1.412)
Fornecedores	(65)	125
Debêntures	(5.186)	(4.721)
Obrigações tributárias	(272)	347
Encargos regulatórios	77	73
Impostos e contribuições diferidos	(1.825)	(1.770)
Provisões para litígios	429	(1.931)
Outras obrigações	1	-
Aumento (redução) nos passivos	(6.841)	(7.877)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	(16.014)	(11.799)
Ativo de concessão (Ativo contratual)	(556)	(198)
Aplicações financeiras vinculadas	(590)	1.198
Ativo de concessão (Recebimento RAP)	28.043	27.133
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	26.897	28.133
Aumento (redução) de capital	4.400	-
Pagamento de dividendos	-	(10.871)
Pagamento de juros de debêntures	(8.971)	(9.716)
Caixa aplicado em atividades de financiamento	(4.571)	(20.587)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	6.312	(4.253)
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.030	6.283
Caixa e equivalentes no fim do exercício	8.342	2.030

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>6.312</u>	<u>(4.253)</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.312</u>	<u>(4.253)</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se em fase operacional, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

1.1. Da concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	14/2016
Prazo (anos)	30 anos
Vencimento	2046
Revisão tarifa periódica – (prazo)	5 anos
Revisão tarifa periódica – (próxima)	2026
Índice de correção	IPCA
Receita anual permitida (RAP)	
R\$ mil	26.835
Mês base	07/2024

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 14/2016 - ANEEL, datado de 27 de junho de 2016, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão N° 13/2015 ANEEL, processo N°48500.003580/2015-77 e de seus eventuais aditamentos e/ou prorrogações, outorgou à Companhia, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Campinas-Itatiba, de 500 kV, circuito simples, com origem na Subestação Campinas e término na

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão, composto por conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão de Concessão.

A Campitiba disponibilizou suas instalações de transmissão para início das operações em 07 de novembro de 2021. E a partir da entrada em operação passou a ter direito a Receita Anual Permitida (RAP).

1.2 Licenças ambientais (Informações não auditadas)

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta as licenças ambientais requeridas a e operação do empreendimento:

- Licença de Operação (LO): até 30 de maio de 2031. Obtida em 31 de maio de 2021.

1.3 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A transmissão de energia elétrica pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão.

De acordo com o contrato de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor,

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações contábeis, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis são mensuradas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária atua como prestador de serviço. A Concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Ativo de Concessão – contratual - O ativo contratual origina-se da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. **Financeiro** – O ativo financeiro está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. Este fluxo de recebimentos é atualizado pela taxa ou índice que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7 Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido às imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.8 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.9 Passivos financeiros

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo contratual para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigidos, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

3.11 Instrumentos financeiros

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de caixa (nota 4) Caixa e equivalentes de caixa e (nota 5) Ativo de concessão, ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da empresa estão substancialmente representados por Fornecedores e (nota 6) Debentures os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido serão calculados com base no regime do lucro presumido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.13 Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

contábeis intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.14 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente.

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Atualmente, como a Companhia encontra-se em fase de operação, possui em seus registros a receita de construção, a qual se refere aos Serviços de implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e de atualização do ativo contratual.

Receita de transmissão de Energia Elétrica (receita de atualização do ativo contratual e de construção)

- **Receita de infraestrutura**

No período pré-operacional, a receita é referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica.

As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

relacionadas.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita Anual Permitida prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

- **Remuneração dos ativos de concessão**

São registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura. A taxa ou índice busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção. A receita consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações, por empregados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos conta Movimento	8.342	2030
Aplicação Financeira vinculada	7.511	6.916
	<u>15.853</u>	<u>8.946</u>
Circulante	8.342	2.030
Não Circulante	7.511	6.916
	<u>15.853</u>	<u>8.946</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em dezembro de 2024 e de 2023, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, foram prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estavam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O saldo da Aplicação financeira vinculada e saldo no banco refere-se a caixa reserva vinculado as Debentures da Companhia.

Conforme obrigações perante a escritura de debentures de acordo com a clausula 7. “**Vencimento Antecipado**” o item (xxxiv) após 4 (quatro) meses do Completion Físico, caso não ocorra a manutenção, pela Emissora, de caixa mínimo equivalente a R\$2.000 (dois milhões de reais) (“**Caixa Mínimo**”) e item (xxxii) não constituição, em até 30 dias após o Completion Financeiro, de conta reserva para o pagamento de juros e principal das Debêntures (“**Conta Reserva**”), observado que o valor da Conta Reserva não poderá ser inferior a R\$6.000 (seis milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da Aplicação financeira vinculada é R\$7.511.

5 Ativo de concessão

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo financeiro - Serviços de O&M (a)	3.780	3.204
Ativo contratual - Implementação de Infraestrutura (b)	236.448	235.078
	<u>240.228</u>	<u>238.282</u>
Circulante		
Ativo financeiro	3.780	3.204
Ativo contratual	10.955	10.409
	<u>14.735</u>	<u>13.613</u>
Não Circulante		
Ativo contratual	225.493	224.669
	<u>225.493</u>	<u>224.669</u>

(a) Serviços de O&M (Operação e Manutenção) referem-se à parcela do faturamento, mensalmente informado pelo ONS, destacada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção e de implementação de infraestrutura, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo financeiro e contratual estão assim distribuídos por vencimento:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	2.698	2.600

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Vencidos		
Até 30 dias	73	21
Até 60 dias	80	3
Até 90 dias	72	228
Mais de 90 dias (i)	858	352
	1.083	604
	3.781	3.204

- (i) A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

Movimentação do ativo de concessão (Contratual) em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	2024	2023
Saldo inicial	235.078	200.351
Receita de infraestrutura	(846)	22.423
Receita de operação e manutenção	7.480	7.465
Remuneração dos ativos de concessão	22.203	31.506
Recebimentos (RAP)	(27.467)	(26.667)
Saldo final	236.448	235.078
WACC	0,82% a.m.	0,82% a.m.
Margem de construção	31,18%	31,76%
Circulante	10.955	10.409
Não circulante	225.493	224.669
	236.448	235.078

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Debêntures

	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	7.485	6.811	106.672	103.109
Amortização de principal debêntures	(2.613)	(4.721)	(2.573)	-
Amortização de juros debêntures	(8.971)	(9.716)	-	-
Transferência longo x curto prazo	2.843	4.236	(2.843)	(4.236)
Juros sobre debêntures	8.180	9.110	-	-
Variação monetária sobre debêntures	1.124	1.765	5.067	3.628
Deságio na integralização de Debêntures	-	-	-	4.092
Custo de emissão	-	-	77	78
	8.048	7.485	106.400	106.671

As Partes, (1) TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS-ITATIBA SPE S.A., (2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, (3) F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A e (4) ARCANJO GONZALEZ, celebraram, em 18 de setembro de 2019, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A.”, o qual foi devidamente registrado na JUCESP sob o nº ED003101-0/000, em 04 de outubro de 2019 (“Escritura de Emissão”);

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2019 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 531.115/19-7, em 04 de outubro de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e no jornal “Gazeta de São Paulo”, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

(i) em 04 de outubro de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser registrada JUCESP, por meio do qual foram aprovadas as matérias objeto deste Primeiro Aditamento (“AGD”);

RESOLVEM as Partes, por meio da escritura e na melhor forma de direito, firmar o Primeiro Aditamento, para emissão de debêntures.

1. Número da Emissão

A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) sendo R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) referentes às Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) e R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) referentes às Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7.8 abaixo.

3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será composta de 90.000 (noventa mil) Debêntures, sendo 70.000 (setenta mil) debêntures da 1ª série (“**Debêntures da 1ª Série**”) e 20.000 (vinte mil) debêntures da 2ª série (“**Debêntures da 2ª Série**”, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “**Debêntures**”), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7.8 abaixo. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. Sem prejuízo ao disposto na Cláusula 3.6 abaixo, as Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, observadas as disposições presentes e respeitando os limites permitidos nas Portarias do MME, da ANEEL e demais órgãos regulatórios competentes.

iii) Liberação financeira da 1ª emissão e da 2ª emissão

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1º Emissão

O valor de R\$ 70.000 (Setenta milhões de reais) referente a 1º emissão foi liberado nas seguintes datas:

<u>Data</u>	<u>Quotas</u>
03/10/2019	30.000
04/12/2019	30.000
16/06/2020	10.000
	<u>70.000</u>

2º Emissão

A liberação da 2º série estava condicionada ao cumprimento do Completion Financeiro de acordo com a cláusula 4.3.1.4 da referida escritura. Em 07 de dezembro de 2022 ocorreu a integralização total da 2º série compostas por 20.000 debentures ao valor de R\$ 1 que totalizou o montante de R\$ 21.300 (Vinte e um milhões e trezentos mil reais).

7 Obrigações tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Retenções federais de fornecedores	18	31
ISS a recolher	8	15
PIS e Cofins a recolher	84	163
IRPJ e CSLL a recolher	290	463
	<u>400</u>	<u>672</u>

8 Provisões para litígios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões ligadas a demandas trabalhistas, regulatórias e a servidões.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as provisões para litígios está apresentado, conforme segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisões para litígios	<u>7.071</u>	<u>1.224</u>
	<u>7.071</u>	<u>1.224</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8.1 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos fiscais, trabalhistas e regulatório cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Processo tributário - IRPJ e CSLL (a)	8.655	5.554
Processo trabalhista (b)	12	77
Processo regulatório administrativo (c)	-	5.717
	<u>8.667</u>	<u>11.348</u>

(a) Processo nº 5025565-25.2019.4.03.6100 – A Companhia realiza o cálculo de sua apuração do IRPJ/CSLL, considerando os percentuais de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) e não pela presunção de 32%.

(b) Processo nº 0011350-41.2024.5.15.0053 – A Companhia foi incluída no polo passivo da ação trabalhista, porém não existe nenhum vínculo com o reclamante.

(c) Processo nº 48500.000566.2022-41 – A Companhia está em tramitação de processo administrativo com a ANEEL referente a 2 excludentes de responsabilidade no caso em 2 penalidades: Parcela Variável por Atraso na Entrada em Operação, correspondente ao valor histórico, em 31.12.2021, de R\$ 2.358.138,85. E aplicação de multa contratual/editalícia no valor de 2,668% do investimento (R\$ 125.893.501,16) o que perfaz um valor de R\$ 3.359.130,20. Sendo em 2024 indeferido o pleito pela companhia perante a ANEEL, com isso o processo passou de possível para uma provável perda.

9 Impostos e contribuições diferidos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PIS diferido (a)	1.537	1.528
COFINS diferido (a)	7.093	7.052
Imposto de renda – IRPJ diferido (b)	4.628	4.601
Contribuição social – CSLL diferido (b)	2.554	2.539
	<u>15.812</u>	<u>15.720</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

(a) Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

(b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

A Companhia adotou o regime de lucro presumido. E para registro do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação dos lucros futuros.

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social:

Em 31 de dezembro, o capital subscrito e integralizado está representado por 53.999 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
F3C Investimentos S.A.	53.999	53.999	100,00%
	53.999	53.999	100,00%

	2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
F3C Investimentos S.A.	49.599	49.599	100,00%
	49.599	49.599	100,00%

As ações da Campitiba foram dadas em Alienação Fiduciária, como garantia da 1ª (Primeira) Emissão de Debentures de sua Controladora, a F3C Investimentos S.A., nos termos descritos no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da F3C Investimentos S.A.” (“Escritura de Emissão” e “F3CI”),

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

celebrado em 08 de dezembro de 2020. Em 24 de dezembro de 2024, houve a decretação do vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da cláusula 6.1.1, (e), da Escritura de Emissão das debêntures emitidas pela F3CI, em virtude do não pagamento tempestivo da parcela devida em 15 de dezembro de 2024, e tendo em vista a garantia constituída sobre as ações, e considerando que os debenturistas têm o direito de excutir a referida garantia, pode ocorrer a alienação das ações dadas em alienação fiduciária com a consequente perda do controle acionário da Campitiba pela F3CI.

11 Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de construção	(846)	22.424
Receita de atualização do ativo contratual	22.203	31.506
Receita de operação e manutenção	7.480	7.465
Receita Bruta	28.837	61.395
(-) PIS sobre Receita - diferido	(188)	(399)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(865)	(1.842)
(-) Encargos regulatórios	(362)	(351)
Deduções da Receita	(1.415)	(2.592)
	 <u>27.422</u>	 <u>58.803</u>

12 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>			<u>2023</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Despesa</u>	<u>Total</u>	<u>Custo</u>	<u>Despesa</u>	<u>Total</u>
Custo de construção (a)	(527)	-	(527)	2.065	-	2.065
Material	-	(39)	(39)	-	(99)	(99)
Serviços de terceiros	-	(5.394)	(5.394)	-	(4.765)	(4.765)
Seguros	-	(110)	(110)	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	-	(336)	(336)	-	(465)	(465)
Tributos	-	(7)	(7)	-	(30)	(30)
Provisões riscos processuais	-	(5.418)	(5.418)	-	(532)	(532)
Outros gastos	-	(18)	(18)	-	(6)	(6)
	<u>(527)</u>	<u>(11.322)</u>	<u>(11.849)</u>	<u>2.065</u>	<u>(5.897)</u>	<u>(3.832)</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

(a) Trata-se dos estornos de provisão com servidões ocorridas no exercício de 2023.

13 Resultado financeiro, líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.190	1.739
Rendimento sobre aplicações vinculadas	4	(65)
Variações monetárias	20	267
Outras Receitas Financeiras	4	1
	<u>1.218</u>	<u>1.942</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(5.809)	(7.923)
Variações monetárias sobre debêntures	(8.563)	(6.580)
Juros e Multas	(52)	(38)
Outras despesas financeiras	(79)	(4.140)
	<u>(14.502)</u>	<u>(18.681)</u>
	<u><u>(13.284)</u></u>	<u><u>(16.739)</u></u>

14 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco operacional.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8.342	2.030
Ativo contratual	240.228	238.282
	<u>248.570</u>	<u>240.312</u>

Passivo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores	262	327
Debêntures	114.448	114.156
	<u>114.710</u>	<u>114.483</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

A Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Companhia busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Risco de taxas de juros

Visando à mitigação desse risco, a Companhia buscou captar recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas corrigidas pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo mesmo índice que são remunerados os ativos da companhia de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

Ativo:

	2024	2023
Aplicações financeiras	7.511	6.916
	7.511	6.916

Passivo:

	2023	2022
Debêntures	114.448	114.156
	114.448	114.156

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Risco operacional

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

15 Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro Garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 as apólices com período vigente para esta Companhia são:

	DESCRIÇÃO DA GARANTIA
Seguradora:	Pottencial Seguradora S.A.
Apólice:	nº 0306920239907751054506000
Tipo:	Judicial Depósito Recursal
Valor segurado*:	16
Valor do prêmio*:	1
Período de vigência:	11/12/2023 a 11/12/2026
Seguradora:	COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
Apólice:	nº 056902024000207750002018000000
Tipo:	Judicial Depósito Recursal
Valor segurado*:	3
Valor do prêmio*:	1
Período de vigência:	18/03/2024 a 20/03/2027
Seguradora:	Tokio Marine Seguradora S.A.
Apólice:	nº 510 0000046414 e 960 00003635
Tipo:	Riscos Operacionais
Valor segurado*:	5.000
Valor do prêmio*:	299
Período de vigência:	20/08/2024 a 20/08/2025

16 Eventos Subsequentes

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram outros fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.